



A S S E M B L E I A M U N I C I P A L D O S A B U G A L

ACTA Nº 1/2011

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Joaquim Lourenço da Brázia

João Cândido Leitão Caramona

JUSTIFICARAM A FALTA:

Pedro Joaquim Hilário Valente Neves Cardoso (*substituído por Fernando Augusto Baptista Lopes*)

Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa (*substituído por José Luís Carriço*)

Maria de Fátima Portas Capelo Saraiva (*substituído por Maria Delfina Alves*)

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal

- ❖ Às vinte horas e quinze minutos dado haver quórum o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal, o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou **aberta a sessão**. -----

Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que, existindo quórum, dar-se-ia início à sessão mas, antes, pretendia referir duas coisas muito rápidas. Em primeiro lugar o facto de não estar disponibilizada aos Srs. Deputados a minuta da acta, tal se ficando a dever a duas situações:

“Desde a última Assembleia até à realização desta Assembleia, por um lado verificou-se a substituição dos funcionários da autarquia que apoiavam o funcionamento da Assembleia Municipal, pois como já devem ter reparado, as duas funcionárias da autarquia que, normalmente, davam apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal, a Nélia e a Júlia Bogas, não estão hoje presentes. Foram substituídas pela D. Teresa e pela D. Isabel. O Sr. Presidente da Câmara teve vários contactos comigo, no âmbito da reestruturação dos serviços da autarquia, tendo o apoio à Assembleia Municipal passado a ser dado por uma estrutura designada por Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, e com esse gabinete, o apoio à Assembleia Municipal deixará de ser dado pelas funcionárias que estavam, e passará a ser dado por este novo gabinete, coordenado pela D. Teresa. Não podia deixar aqui de registar e de salientar a forma como aquelas duas funcionárias acompanharam o funcionamento da Assembleia Municipal, numa altura em que alguns problemas me aconteceram, se bem se lembram. Quase a seguir à tomada de posse, parti um pé e estive durante alguns meses sem poder desempenhar a actividade da Assembleia Municipal. A seguir faleceu o meu sogro e, depois, a minha sogra. Foi um período em que não me foi possível executar com empenhamento devido, o apoio que deveria ter dado à Assembleia Municipal e, peço compreensão para isso. As duas funcionárias, a Nélia e a Júlia, foram incedíveis no esforço que desenvolveram de apoio à Assembleia Municipal. Terminada a sua colaboração gostaria de deixar registado que foi uma colaboração incedível do ponto de vista de dedicação e competência no desenvolvimento das tarefas que lhes estavam atribuídas. Não posso deixar de saudar a D. Teresa e a sua equipa que terão, nesta Assembleia Municipal, a mesma colaboração e empenhamento que têm revelado nas outras tarefas que têm sido desenvolvidas no âmbito do seu trabalho na Assembleia Municipal. Não tenho dúvidas que a Assembleia Municipal continuará a ser bem servida, portanto, sejam bem vindas.

Compreenderão que o facto de o Presidente da Assembleia Municipal viver a 300 Km, poderá causar por vezes alguns problemas de ligação, mas encontraremos, como já encontramos, soluções para isso.

Esta situação, como dizia, de transferência de competências e de protagonistas no apoio à Assembleia Municipal que coincidiu, temporalmente, com esta situação da minha vida privada e me impediu, praticamente desde meados de Dezembro de ter uma colaboração activa, como deveria ter com o pessoal de apoio, conduziu a que eu tenha chegado à conclusão que a versão disponível da acta da última sessão da Assembleia Municipal, não tinha condições para ser trazida aqui. Por isso pedia a compreensão dos senhores deputados pelo facto de hoje não vir aqui a acta da última Assembleia e na próxima Assembleia viria a acta em falta”-----

António Miranda Serra, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “*em relação a este assunto eu não aceito a desresponsabilização da Mesa. Vou no sexto mandato e nunca isto aconteceu. Que eu saiba é da responsabilidade da Mesa a elaboração da acta. Como já disse já vou no sexto mandato, um dos quais como Presidente da Assembleia Municipal e, nessa altura quando eu me dirigi ao Presidente da Câmara a pedir apoio, foi designada uma funcionária para dar apoio, mas quem fazia as actas era o 1º secretário, que ao domingo, muitas vezes com grande sacrifício pessoal, elaborava, as actas.*

As actas não podem ser feitas pelos funcionários da Câmara, as actas têm de ser feitas pela Mesa da Assembleia. Os funcionários podem dar apoio na cópia e/ou na transcrição, mas quem faz a acta é o secretário.

Compreendo perfeitamente as circunstâncias graves na vida das pessoas, mas o senhor secretário tinha de assumir as suas responsabilidades, em termos de serviço. Por isso não aceito a desresponsabilização da Mesa da Assembleia na elaboração das actas”-----

Presidente da Assembleia, tomando a palavra disse “*senhor deputado só espero que não lhe morra o sogro e, quatro ou cinco meses depois, lhe morra a sogra e tenha a sua mulher gravemente doente como eu tenho a minha. É pena que o senhor deputado, por quem eu tive, pessoalmente, um acto de solidariedade quando o senhor não merecia, pelo que agora se vê. Eu sei aquilo que estou a passar e como estou a passar.*

É pena que o senhor doutor venha para aqui com esta lengalenga... quando o senhor deputado... peço desculpa dizer-lhe, porque pôs uma coisa... que desculpe dizer-lhe, pessoalmente não lho admito, e não lho admito, não é como Presidente da Assembleia Municipal, mas como cidadão e como pessoa. O senhor desculpe eu dizer-lhe, o senhor foi aqui enxovalhado, se fosse com outra pessoa não o tinha aceitado, o senhor sabe a consideração que eu tive pelo senhor que se ausentou desta Assembleia durante duas sessões e mediante a possibilidade de se ausentar na terceira, eu tive o cuidado de telefonar e perguntar se pretendia renunciar ou voltar à Assembleia. O senhor hoje

devia, pela consideração que lhe devia ter merecido por essas razões ... eu tenho que estar emocionado neste momento, e tenho de lhe responder desta forma dura como lhe estou a responder. O senhor doutor hoje mostra que não mereceu a consideração que tive. Não respondi em defesa da honra, mas em defesa da minha pessoa, enquanto pessoa. O senhor doutor devia ter tido em atenção aquilo que foi o passado recente em relação ao senhor.” -----

António Miranda Serra, retomando a palavra disse “ *na minha intervenção disse que era sensível e compreendia os factos da sua vida que são marcantes e que são lamentáveis. Não é isso que está em causa. Não é a vida particular do Sr. Eng.º Ramiro Matos. O que está aqui em causa é a Mesa da Assembleia Municipal. E se o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por razões da vida particular, de saúde, não está capaz de desempenhar o cargo, solicita ao 1º Secretário que faça a acta. O que está aqui em causa é apenas o debate político da elaboração da acta da sessão da Assembleia. Quanto à situação que referiu eu sou sensível e não me esqueço, eu tenho memória. Sei perfeitamente que dei duas faltas seguidas....mas se faltei e não justifiquei, se calhar terei apresentado os motivos. Agora em seis mandatos, com diversos Presidentes de Mesas da Assembleia, nunca isto aconteceu”* -----

Joaquim Carreto tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que “*Eu não estou cá há 30 nem 40 anos. Estou cá há muito menos e, desculpem a minha ignorância... mas eu sempre pensei que a acta era feita pelos funcionários que apoiavam a Mesa. Estou estupefacto, pois estava completamente convencido disso. Para mim é uma novidade, como para muito boa gente que aqui está. Nas reuniões do executivo camarário, quem faz a acta? Eu já lá estive, por pouco tempo, mas deu para perceber quem lavra a acta. Sinceramente fiquei um bocado baralhado. Há algum regimento que diga que é o 1º secretário? Pelo que me apercebi sempre foram funcionários que lavraram as actas e agora fiquei a saber que não, que era o secretário da Assembleia. Enfim viver e aprender”*. -----

José Robalo tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que em nome do Grupo do PSD queria propor que se fizesse **Um Minuto de Silêncio** pela morte dos sogros do Presidente da Assembleia, retomando depois novamente a palavra. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu a solidariedade e disse que, se não houvesse oposição, far-se-ia o **MINUTO DE SILÊNCIO**, o que aconteceu. -----

De seguida **José Robalo** retomou a palavra para dizer “*depois destas intervenções não tenho dúvidas nenhuma de que a responsabilidade política e jurídica da elaboração das actas, (o Dr. Serra tem toda a razão, sabe do que fala, já foi Presidente da Assembleia Municipal), é sem dúvida nenhuma da Mesa. Eu compreendo perfeitamente as suas razões, e há situações que nos ultrapassam. O senhor Presidente, tem sido uma das pessoas que nesta Assembleia... e eu vejo a forma “ imperdoável” como trata*

.... porque já fui vítima da sua actuação como Presidente da Assembleia, pois já me foi cortada a palavra, e depois não admite que nós sejamos intransigentes. Quando somos intransigentes com os outros, devemos-lo ser, também, connosco. Isso significa, que a Mesa está em falta, pois é a única responsável pela apresentação da acta. Não sou eu, não é a Câmara Municipal, nem são os funcionários. É a Mesa”-----

António Gata, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “ não tinha intenção de falar, mas penso que há aqui qualquer coisa que está mal e, portanto, ao contrário de outras vezes que já intervieram antes de mim, sou muito sensível à situação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e é só por isso que sei o que está a acontecer, porque a Mesa não seguiu com a ordem de trabalhos, isto é um facto. Portanto peço ao senhor Presidente muita desculpa mas já tivemos um momento importante e solene com o Minuto de Silêncio pelo que agora peço que o Presidente da Assembleia tome conta da assembleia e inicie os trabalhos”-----

Presidente da Assembleia, senhor deputado “não posso deixar de dizer que me mudaram o pessoal de apoio no meio do período. De repente não se sabia quem é que respondia ou quem não respondia. Não se sabia quem é que dava apoio e quem é que não dava apoio. Assumi publicamente que a responsabilidade da não apresentação da acta é minha. A responsabilidade política e jurídica é minha, enquanto Presidente da Mesa. Desde o primeiro momento assumi que a responsabilidade da não apresentação da acta era minha, e que tinha a ver com a situação pessoal que tinha passado. O que não compreendi foi a reacção de alguns membros políticos desta assembleia, pela posição que eu tinha tomado. Ultrapassada esta situação vamos passar aos assuntos do antes da ordem do dia”-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra a 1º Secretário que deu conhecimento do seguinte expediente:

- ▣ Ofício da **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, sobre a 1ª Alteração ao PDM do Sabugal.
- ▣ **Manifesto**, subscrito por várias organizações sobre **Investir na Educação- Defender a Escola Pública**
- ▣ Ofício da **Assembleia da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo**, sobre a introdução de portagens na A23, corrigindo informação anterior.

☐ Ofício da **Assembleia Municipal de Tomar**, sobre a **Moção** aprovada pela em sessão ordinária de 29/12/2010.

☐ Carta de **Roberto Emídio Meleira Silva**, a comunicar a sua nova morada. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

Terminada a leitura do expediente, e antes do início do período de inscrição para as diferentes intervenções dos membros da assembleia que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** disse tinha chegado à Mesa a **Moção** que a seguir se transcreve, apresentada pelo Grupo da CDU:

MOÇÃO

“TRANSPORTE DE DOENTES

A decisão assumida pelo Governo de reduzir drasticamente o transporte de doentes não urgentes a causar prejuízos irreparáveis na vida de milhares de doentes, utentes do Serviço Nacional de Saúde.

As medidas e orientações do Governo PS sobre esta matéria, traduziram-se num corte generalizado e quase total da atribuição de credenciais de transporte pelos serviços públicos de saúde aos utentes que delas necessitam para assistir a consultas ou realizar tratamentos.

Esses doentes são agora confrontados com a necessidade de pagar o referido transporte cujos custos atingem, em muitos casos, várias centenas ou mesmo milhares de euros por mês.

Por todo o país milhares de doentes deixaram de ter acesso aos cuidados de saúde a que têm direito por não poderem suportar os custos do respectivo transporte. Particularmente nas regiões do interior do País, como é o caso do Concelho de Sabugal, onde as condições sócio – económicas das populações são piores e as distâncias impõem maiores dificuldades para os utentes acederem aos cuidados de saúde de que necessitam.

Simultaneamente, estas medidas estão a colocar as Associações Humanitárias numa situação de estrangulamento financeiro que pode comprometer o cumprimento das suas responsabilidades não só na área da saúde como também da segurança e da protecção civil.

Apesar de ter celebrado, em 24 de Agosto de 2009, com a Liga dos Bombeiros Portugueses, um contrato onde ficaram definidos os princípios gerais e as regras enquadradas do transporte de doentes em ambulância, o Governo nunca permitiu a aplicação uniforme destas regras e princípios no território nacional, admitindo aplicações diferenciadas consoante o entendimento dos responsáveis de cada Administração regional de saúde (ARS).

Tendo em conta a complexidade e importância social deste processo para a vida das populações e para a sobrevivência das associações de bombeiros no nosso concelho, a Assembleia Municipal de Sabugal, aprova a seguinte Moção a enviar ao Governo:

1. *A Assembleia Municipal do Sabugal condena as medidas de corte nos transportes de doentes não urgentes, nomeadamente o Despacho n.º 19264/2010 de 29 de Dezembro, e as orientações definidas para a sua aplicação, e propõe a sua revogação pelo Governo.*
2. *A Assembleia Municipal propõe que o Governo cumpra rigorosamente o contrato celebrado com a Liga de Bombeiros Portugueses (LGP) em matéria de transporte de doentes em ambulância e que defina em conjunto com aquela Liga os procedimentos necessários à sua execução. Sabugal, 25 de Fevereiro de 2011.*

Os proponentes: Grupo da CDU na Assembleia Municipal. João Carlos Taborda Manata e João Manuel Aristides Duarte". -----

Depois de lido o documento o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros da assembleia pretendia intervir. Assim tomou a palavra:

João Manata que depois de cumprimentar os presentes disse que *“os cortes que tem havido no Transporte de Doentes, até a nível da sua constitucionalidade, é muito discutível, porque a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º n.º 3 al. b) diz: [Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde]. Refiro este parágrafo para dizer que quanto a mim a questão do Transporte de Doentes é anticonstitucional. Ouço queixas de pessoas que têm necessidade de ir a Coimbra ou a qualquer outro lugar e ... quem é que tem dinheiro para ir fazer tratamentos a Coimbra? Está-se a cortar o acesso à saúde e por isso pedia a aprovação da Moção por parte da Assembleia Municipal. Acho de facto que é uma desumanidade brutal*” -----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento a votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 20 abstenções. Fizeram **declaração de voto** os seguintes membros da assembleia:

Nuno Teixeira para dizer que *“ esta é realmente uma situação que nos preocupa a todos. Mas, parece-me que não é bem assim. As pessoas que não têm condições monetárias ou meios de transporte possíveis para se deslocarem a Coimbra para irem a esses tratamentos, têm efectivamente direito a transporte*” -----

Roberto Meleira, para dizer que *“ Obviamente que não podia deixar de votar favoravelmente, mas queria ressaltar que os grandes prejudicados, por enquanto são os bombeiros e não os munícipes... afinal ainda vivemos em Portugal e ainda há Serviço Nacional de Saúde*” -----

António Miranda Serra, para dizer que *“de facto, a saúde não tem preço, mas também tem custos, pelo que é necessário tomar medidas. Não se compreende que uma pessoa peça transporte em ambulância para fazer fisioterapia a um punho. Não há nada que obste a que essa pessoa não fosse de transporte público. Por outro lado compreendo a posição do governo”*.-----

João Manata, para dizer que, de facto, havia abusos nos transportes dos doentes. Era uma realidade mas esses abusos podiam ser cortados. O que não podia haver era medidas cegas, que cortassem tudo a direito e que o argumento utilizado por Nuno Teixeira lhe tinha feito lembrar *“ um senhor que durante anos governou este país, que se chamava António de Oliveira Salazar, donde permitia que os senhores para terem direito à saúde iam à Junta de Freguesia, onde lhe passavam um atestado de pobreza, e com esse atestado tinham direito à saúde. Agora não me venham cá com a critica do podem pagar ou deixam de pagar É anticonstitucional e pelo que eu sei a Constituição é para ser cumprida e defendida. Regulamentem, façam o que for necessário, mas não venham com cortes cegos”* -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que antes de passar aos assuntos diversos, iria ler o Manifesto, que a seguir se transcreve, e já referido na parte do expediente, antes de o submeter a votação, com a finalidade da assembleia aprovar ou não a sua adesão.

“MANIFESTO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO - DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de 803 milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem - humanos, físicos, materiais, financeiros – e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas Escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democracia, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa

razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa”. -----

Um dos membros perguntou quem eram os subscritores do Manifesto, tendo o **Presidente da Assembleia** feito essa referência. De seguida perguntou se algum membro pretendia intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 1 voto contra, 14 abstenções e 64 votos a favor.-----

Neste momento e na sequência de uma indisposição do Presidente da Assembleia, foi a sessão **interrompida**, para um curto intervalo de 5 minutos.-----

Retomados os trabalhos, agora sob a presidência do 1º Secretário, por ele foi dito que o Presidente da Assembleia teve de ir ao Centro de Saúde com o Dr. Serra, pelo que assumiria as funções de Presidente da Mesa, enquanto o mesmo não regressasse. Assim pediu ao membro da assembleia Joaquim Carreto, para o substituir como secretário da Mesa, uma vez que o mesmo se tinha disponibilizado e os trabalhos da Assembleia prosseguiram, tendo sido dada a palavra a:

António Gata que disse: “ *é do conhecimento através da comunicação social que o Município do Sabugal encara a possibilidade de intentar judicialmente a resolução do contrato do fornecimento de água em alta que mantém com a Empresa Águas do Zêzere. Tratando-se de uma área estratégica, onde é impensável a existência de uma ruptura ou mesmo a diminuição da qualidade dos serviços que actualmente é prestado à população, pergunto:*

- *as actuais infra-estruturas de captação, transporte, tratamento, são propriedade de quem?*
- *não sendo, como penso ser o caso, propriedade da Câmara Municipal, existem mecanismos legais que garantam que essas infra-estruturas, meios humanos e técnicos possam ser de imediato colocados ao serviço do público, essencial para a qualidade de vida da população?*
- *consumando-se o rompimento do contrato existente, tem a Câmara Municipal os meios técnicos, humanos e logísticos para de imediato responder à continuação do serviço, sem sobressaltos?*

Esta situação que, espero, tenha um final feliz para bem de todos nós, porque, como já disse, é estratégico, impede que todos nós tenhamos em casa a água em quantidade e qualidade. Eu desejo aqui, muito sinceramente, fazer um voto no sentido de que, não estejamos perante uma situação idêntica à que aconteceu, há uns anos atrás, quando um anterior Presidente da Câmara, pensava romper o contrato de concessão com a EDP.”-----

Após esta intervenção o **Presidente da Assembleia** (em substituição) passou a palavra ao **Presidente da Câmara**. Este, depois de cumprimentar os presentes disse que, se não houvesse qualquer inconveniente, adoptaria o método de ouvir todas as intervenções e responder no final, não tendo havido qualquer objecção. Assim foi dada a palavra a:-----

João Manata tomando a palavra disse “ *senhor Presidente da Câmara, a mim já me custa falar nisto, mas de facto parece que até já há munícipes também a escreverem para os jornais, sobre esta situação. O Rio continua ... e então agora é só lá ir vê-lo. O senhor Presidente um dia disse-me que lhe dissesse quando o rio se via poluído. Agora é todos os dias. Chegar ali perto do Sol Rio, lá está o óleo, espuma... a Câmara tem de tomar urgentemente medidas, sob pena daquilo estar que é uma vergonha. Há um amigo espanhol que vem cá várias vezes e que me perguntou o que é que se passava com o rio, porque de facto, já andamos há 20 anos a falar disto. Acho que há que tomar uma medida drástica. A Câmara tem técnicos, se não tem, estamos em altura de contenção, mas não haverá dinheiro para pagar a alguém especializado para resolver isto de uma vez por todas?*”-----

Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal, depois de cumprimentar os presentes disse que há cerca de um mês a Junta tinha feito um ofício para a Câmara dando conta do estado em que se encontrava o paredão da barragem e queria saber se já tinha alguma resposta. Uma segunda questão, já abordada por João Manata, prendia-se com o rio, assunto este que já durava há vários anos para resolver e “ *dá- nos a entender que não há vontade . Ao sr. Prof. Teles Rato dou os parabéns porque teve a coragem dizer o que quis no jornal... porque nós aqui na assembleia falamos, mas ninguém nos ouve*”-----

Ilídio Clemente, depois de cumprimentar os presentes disse “ *Tive conhecimento que quando da realização das sessões de câmara nas freguesias do concelho, essas freguesias têm direito a 10.000€, destinadas às associações existentes. Se é assim, pergunto: é do conhecimento de todas as freguesias, esse direito? Qual foi o critério que a Câmara adoptou?*

2ª Questão - Sr. Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe: assim não. No uso das suas competências a Assembleia Municipal do Sabugal aprovou no passado dia 29/12/2010, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Sabugal para o ano de 2011. Naturalmente num regime democrático, a funcionar regularmente, até à aprovação daqueles instrumentos pela A.M. os mesmos não se encontram em vigor e por isso não podemos deixar de apresentar o nosso mais veemente protesto pelo que se passou no dia 29/12/2010.

Na verdade e no meio das intervenções efectuadas o sr. Presidente deixou cair que nesse mesmo dia tinha assinado a escritura da aquisição de um terreno na cidade do Sabugal, assumindo desta forma compromissos financeiros que só poderia assumir se a Assembleia Municipal, aprovasse a proposta

de orçamento para 2011. Esta atitude do senhor Presidente demonstra uma clara falta de respeito pela autonomia e pelas competências da A.M. Para nós é ao contrário. O senhor Presidente da Câmara e de alguns deputados do PSD, a Assembleia Municipal não é um verbo de encher nem se destina apenas a gastar o dinheiro do erário público. Para nós a atitude do senhor Presidente demonstra, como certas pessoas e certas forças políticas têm da democracia o conceito de que estas só servem os seus interesses partidários. Por isso aqui deixamos este veemente protesto e por isso estaremos, daqui para diante, mais atentos a atitudes desrespeitosas da dignidade e competências desta Assembleia Municipal” . -----

José Robalo, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “ *em primeiro lugar quero dizer que não estou à vontade a falar, porque nos falta uma peça essencial da nossa Assembleia, que é o Sr. Presidente e, naturalmente, estou preocupado com o seu estado de saúde, e como poderão compreender, tenho alguma dificuldade em conseguir falar sem a sua presença, mas enfim, temos de continuar. Em vida, é assim mesmo.*

Ando aqui há já muito tempo, já tive aqui muitas lutas, e penso que dentro deste espaço, aquilo que nos deve preocupar em primeiro lugar é o nosso concelho, a nossa terra. E esse deve ser o ponto comum para nos encontrarmos aqui, para discutirmos as questões que dizem respeito ao Concelho do Sabugal.

Quero-vos dizer que já tive aqui algumas lutas. Gosto muito do Sabugal. Gosto muito desta terra. Se calhar, às vezes, posso estar enganado nas minhas intenções, mas na força, no prazer e no gosto que eu tenho pela minha terra, nisso eu não estou enganado.

Penso que isto nos devia fazer reflectir muitas vezes quando estamos a discutir coisas secundárias, que nos separam... intrigas ... o que nos devia preocupar era este concelho, era esta temática, e quero dizer-vos que, há uns 3-4 anos, estivemos neste espaço, em defesa do SAP. A saúde das pessoas do nosso concelho. É verdade que, se calhar, não sou a pessoa visada, é verdade que em princípio e por circunstâncias da vida, se calhar, não sou utilizador do SAP mas, há muita gente no nosso concelho, já com uma certa idade, que necessita do SAP, dum Centro de Saúde em condições, e que nós temos a obrigação de defender o SAP.

Quando cheguei ao Sabugal, para trabalhar há 25 anos, existia aqui a Polícia de Segurança Pública, desapareceu, existia Guarda Fiscal, desapareceu, as escolas primárias desapareceram, fala-se que o Tribunal vai fechar, fala-se que os serviços públicos vão fechar. Eu quero dizer-vos uma coisa. Para mim quem desenvolve a verdadeira política concelhia é quem está junto das populações. E quem está junto das populações são os senhores Presidentes de Junta. A vocês, Senhores Presidentes de Junta, eu tiro o chapéu. Louvo a vossa acção no dia-a-dia. São vocês que

servem as populações, são vocês os primeiros socorros, são vocês que estão ao serviço dos nossos conterrâneos, são vocês que desenvolvem o trabalho, que eu louvo.

É verdade que somos um concelho muito disperso, com uma área grande. É verdade que fizemos grandes investimentos, saneamento, calçadas, água. Tudo isso ficou muito caro, mas é verdade que temos 40 freguesias, é verdade que é fácil demagogicamente vir dizer: 40 Freguesias, 3 membros por cada Freguesia são 120 e (x) por pessoa... e não se justifica que em Vale das Éguas, com 20 ou 30 eleitores, tenha uma Junta de Freguesia, não se justifica que na Ruvina, com cerca de 50 eleitores, tenha mais de 3 membros na Junta de freguesia a ganhar dinheiro e não se justifica que em Valongo senhores membros da Assembleia, estas são as temáticas que nos unem e, se não queremos que nos fechem definitivamente, temos que, de uma vez por todas, cerrar fileiras, temos que de uma vez por todas unir-nos, temos que, de uma vez por todas, deixar as nossas “clubites”, temos que, de uma vez por toda, deixar os nossos partidos à porta.

Nós não queremos a A23 com portagens, nós não queremos a A25 com portagens, nós queremos ter direito a uma ligação às via de comunicação da europa, condignas porque nós somos pessoas, não somos bichos. Nós somos gente. Queremos esses direitos todos. Temos de nos unir. Se nos unirmos e tivermos a capacidade de ultrapassar as diferenças... aqui dentro temos uma causa comum, que é o concelho do Sabugal. Se nós não nos sabemos unir... se vimos para aqui com divergências... meditem sobre isto. Se quisermos estar unidos, nós temos muita coisa. Se quisermos continuar com “clubites”, não vamos a lado nenhum.

Neste momento é importante dizermos ao poder em Lisboa, que nós temos cá gente que somos portugueses de primeira. Queremos ter ligações à A23 e A25. Queremos ir a Lisboa e ao Porto e não pagar portagens, porque nos cortaram as vias de comunicação que tínhamos (a anterior IP5) Queremos e temos direito a ter juntas de freguesia que estejam ao lado das nossas populações. Que não acabem com as Juntas de Freguesia, se não acabam com o Sabugal, acabam com o interior, acabam connosco. Esta é que deve ser a nossa causa. Isto é que nos deve unir Eu propunha senhor Presidente que em conjunto fizéssemos uma recomendação em que todos dizemos que queremos continuar a ter Juntas de Freguesia porque se justifica, porque somos um concelho disperso porque temos uma área geográfica muito grande e queremos continuar a servir as nossas populações. Eu acho que o Presidente da Junta trabalha tanto e ganha muito pouco. Não tenho inveja do que eles ganham. A dedicação e abnegação à freguesia é de tal forma que não se discute. Querem reduzir o défice à nossa custa. É por isso que nos devemos unir.

A sugestão que deixo à Mesa é que se apresente uma Moção à Assembleia no sentido de estarmos frontalmente contra a redução de freguesias.

Li, há dias, que o municipalismo tem mais de 500 anos e ninguém se atreveu a mudá-lo. Não é agora que o vão fazer”.-----

Presidente da Assembleia Municipal (em substituição) tomando a palavra convidou José Robalo a redigir a Moção que posteriormente, ainda nesta sessão ou próxima seria votada.-----

Paulo Cruz, tomando palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que no seguimento do assunto abordado pelo membro da Assembleia Ilídio Clemente sobre o terreno conhecido pelo quintal da D. Emília, tinha algumas questões a colocar: “ **1ª** - *É verdade ou não que, segundo o PDM não se pode construir/edificar no tal terreno? Se sim porque foi comprado um terreno onde não se pode edificar, por um valor 50 vezes superior, o metro quadrado, ao que foi pago pelos terrenos de Malcata e do Soito (projecto Ofélia e para a Variante do Soito); 2ª* - *Se foi feito algum tipo de avaliação, por alguém creditado, do referido terreno?; 3ª* - *Esta questão foi já abordada pelo anterior executivo, várias vezes, se eu estou certo. Na altura o anterior executivo não cedeu às negociações do proprietário do terreno. O que eu gostava de saber é o que é que mudou para essa decisão ser tomada.*”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Santo António tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse: “ *Nas eleições autárquicas de Outubro de 2009 os sabugalenses optaram por não dar a nenhum partido concorrente, licença para governar a autarquia em maioria absoluta, como geralmente tem acontecido no nosso concelho.*

Tal como já foi referido publicamente pelo vereador eleito pelo MPT, o senhor Presidente, em reunião de câmara solicitou autorização para nomear a tempo inteiro mais 2 vereadores (perfazendo 4), alegando que dois vereadores eram francamente poucos face ao trabalho a desenvolver. Posta à votação, esta proposta foi recusada pelos restantes vereadores (PS e MPT), sem prejuízo de voltar a ser analisada esta situação se viesse a verificar-se absolutamente necessário este aumento.

Posteriormente foi renovado o mesmo pedido e perante a justificação apresentada, foi então aprovado, por unanimidade, o aumento de mais 2 vereadores a tempo inteiro.

E foi a partir desta decisão que o senhor Presidente contactou o Vereador eleito do MPT, Joaquim Ricardo, propondo-lhe o exercício a tempo inteiro como vereador.

Como é normal nestas circunstâncias, houve conversações e por fim, selou-se um acordo sobre as condições desta participação, nomeadamente das funções que iriam ser desempenhadas no seio da equipa cujo objectivo era a promoção do desenvolvimento do concelho do Sabugal.

Pôs-se de parte desentendimentos antigos, colocou-se o interesse dos sabugalenses acima dos interesses pessoais ou partidários.

Abraçou-se de alma e coração este novo desafio, dispostos a cumprir a nossa parte, sabendo que um acordo só é um bom acordo se for bom para as duas partes!

Nunca esquecemos, porém, que temos um projecto político iniciado há cerca de 3 anos e levado a cabo por uma equipa de pessoas independentes de que resultou num mandato legitimado por 1 781 eleitores - cerca de 20% do total dos eleitores do concelho.

Elaborámos um Programa Político e estabelecemos um compromisso com todos os sabugalenses. Estabelecemos um Rumo.

Passados mais de sete meses sobre a data do início do acordo, o combinado não fora cumprido e assim, resolvemos denunciar o acordo.

Concluímos que os interesses do concelho do Sabugal serão melhor defendidos agora com independentes.

Os eleitos pelo MPT, aqui nesta Assembleia e na vereação da Câmara, continuarão a trabalhar, a propor e a defender as políticas e os projectos que promovam o desenvolvimento do nosso Concelho. Os sabugalenses podem contar connosco. Viva o Sabugal”.-----

Regressado, o **Presidente da Assembleia** reassumiu a condução dos trabalhos e agradeceu a atenção dispensada pelo Dr. António Serra que o tinha acompanhado ao Centro de Saúde. -----

Francisco Bárrios, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse: “ *Não sei o dia, só sei que foi há dias, só sei que nada via, em mais uma viagem do Sabugal até à minha Aldeia, já de noite, um nevoeiro cerradíssimo, à frente a visibilidade reduzia-se apenas a uma dúzia de palmos. Não sabia se a próxima curva era para a esquerda ou para a direita. Acho que até já nem sabia se estava a subir, se estava a descer. Também já não sabia se já tinha passado os Foios, ou se ainda lá não tinha chegado. E tudo isto vem a propósito da marcação das estradas, que eu confesso é a última vez que vou falar neste assunto, durante este mandato. Para quem viaja durante o inverno, nevoeiro cerradíssimo, isto é mesmo preocupante e há mesmo até um risco em viajar, isto para quem viaja todos os dias.*

Sinceramente, não sei se a Câmara já adquiriu e já leu, o último exemplar do Borda de Água. É que o Borda de Água nunca se enganou, também não é agora que se vai enganar, e eu sei que no Borda de Água reza que, os próximos dois invernos são invernos suaves. Ninguém se preocupe com os próximos dois invernos. O terceiro dizem, que vem para aí um inverno levado do diabo, e então olhe...a Câmara para não estar a gastar o dinheiro duas vezes, marca a estrada só uma vez durante o mandato, numa altura que até deve vir a calhar, não sei. Sinceramente, dá a impressão que só eu é que sou sensível a isto, mas eu ouço muito gente ali da raia a revoltar-se contra a falta de marcação das estradas mas, enfim, estamos num concelho com povo pacato, o povo é sereno, se a

Câmara faz, faz, se não faz também não há problema, o povo lá vai trilhando o seu caminho, a cantar a cana verde e a dançar o só li dó.”

*2º - **Termas do Cró** - foi dito aqui, há tempos, que as condições propostas pelo executivo camarário, provavelmente, seriam prejudiciais para a Câmara. Ora bem, isto é como avaliar bens materiais. Ninguém consegue avaliar o que é dele (posso ter uma casa e posso dizer que vale 100.000€ e se a ponho à venda, não me dão 10.000...) portanto as leis do mercado é que ditam o valor dos bens materiais. O facto de não haver nenhum concorrente, leva-me a pensar que as condições afinal eram demasiado boas para a Câmara, e pouco aliciantes para possíveis investidores.*

Deixo para o fim, um comentário muito breve à intervenção do meu ilustre amigo e colega Joaquim Leal, na última assembleia. Confesso que está um bocado desfasado no tempo o que vou dizer, mas já não tinha possibilidades de falar, a não ser que usasse a defesa da honra mas, nisso os dois estamos de acordo, nem eu o desonro a ele, nem ele a mim, portanto não podia invocar a defesa da honra. Vou falar agora e, estou à vontade para falar porque não pertença à bancada do meu amigo Leal nem à do lado esquerdo, que ele visou. Como não estou nem numa bancada nem noutra, mais à vontade me sinto, mas estou de acordo com a essência do que disse o meu colega. Todos nós, no concelho, devemos apontar baterias para o mesmo sentido, todos devemos ajudar, todos devemos jogar as nossas influências, todos nos devemos movimentar sempre com o mesmo rumo, isto a propósito da ligação à A23. Mas Leal, há casos e casos, aqui a cria não é filha de pais incógnitos! Vamos lá ver uma coisa. Todos temos direito de votar, se tivermos responsabilidades na filha, porque se me virar aqui para esta bancada, e se fizer a pergunta, o pai da criança está aqui? Não está. E a mãe também está? Também não. Por exclusão de partes, os pais que não estão do lado esquerdo, estão aqui do teu lado. Eu penso que quem faz a cria, quem concorda com ela, quem a concebeu, é que tem a obrigação de a criar, de dar educação, de dar o biberão, de dar de mamar. Penso eu de que...”-----

Joaquim Carreto, tomando a palavra disse “ *depois deste momento tão bom, tão simpático ... os meus dotes oratórios não são tão profundos como os do Francisco Bárrios, mas queria reforçar o que o senhor Presidente da Junta disse em relação ao que se passa no Rio Côa, principalmente na zona do Sol Rio, porque parece que na altura do mandato do Dr. Portas, foi adquirido um terreno e foi instalada uma estação elevatória. Eu penso que, ou aquilo está mal concebido ou sei lá ... penso que a Câmara tem técnicos que já devem ter analisado esse problema, porque aquilo causa um bocadinho de impressão. Mesmo nos dias de chuva forte, continuava a correr ali aquela espuma. Não há fabricas, já não há a recolha de leite, no sítio onde está agora o stand do Alexandre (na altura culpava-se isso). Não sei se a Câmara já se debruçou sobre o assunto.*

Outra questão. Em tempos que já lá vão, pus aqui uma questão à Câmara: para quando o arranjo das portas, das janelas do edifício da câmara que estão a ficar um pouco degradadas, e começa a ficar feio.

Já agora respondendo ao meu amigo José Robalo, concordando nalguns aspectos, mas aproveito para lhe lembrar uma coisa. Temos que estar todos unidos na defesa do concelho, concordo plenamente, mas o encerramento deste concelho começou pelo Senhor Dias Loureiro, se é que se lembram dele, quando criou as megas esquadras. E com as megas esquadras desapareceu a polícia e, também, a polícia do Sabugal. O acordo de Schengen acabou com as fronteiras, acabou a guarda-fiscal nas freguesias, deixou de haver 3,5, 6,7, 8 guardas-fiscais jovens com 2/3 filhos cada um, fecharam as escolas. Tudo começa aí. Não venhamos agora deitar as culpas para este governo ou para o anterior, porque tudo começou muito antes. É preciso que a gente tenha memória. Temos que nos lembrar, não chamar a atenção de uns, porque todos têm culpa. Também é verdade que aqui houve gente, entre os quais o José Robalo que disse que o SAP do Sabugal ia encerrar, e houve, aqui, quem dissesse, nomeadamente o Dr. Victor, membro desta Assembleia Municipal pelo PS, que disse que o SAP do Sabugal não fechava. Houve alguém que pôs em causa a opinião e a afirmação dele. Continuo a dizer, até hoje ainda não fechou, e pelos vistos, Graças a Deus, o nosso Presidente da Assembleia hoje usufruiu desse serviço. Ainda bem. Mas devemo-lo a quem? À luta de quem? Quem é que lutou? Quem se manifestou? Quem.. mas quem? Não fechou pura e simplesmente porque a Administração Central assim o entendeu, e penso que assim continuará a pensar. Portanto, é preciso ter cuidado, em termos políticos, quando alertamos para algumas circunstâncias, porque temos de pensar em tudo.

Em relação à escola pública e outras coisas do género, não me quero manifestar, porque nessa altura terei uma posição um bocado complicada. Estudei num colégio particular, e o meu pai pagou. Quem quer colégios particulares, paga-os.

Em relação às portagens, na última Assembleia referi isso e agora quero voltar a frisar as portagens na A23, na A25. Quem criou a SCUT foi o Primeiro-Ministro António Guterres. Quem as está a acabar é este Governo. Mas, para sabermos quem pressionou a colocação de portagens na A23, na A25 e na Avenida do Infante, quem disse que só assinava o PEC nessas condições, para ganhar os votos do norte, foi o senhor Pedro Passos Coelho e, se têm dúvidas, basta ouvir o senhor Presidente da Câmara Macário Correia, de Faro, que é do PSD”. -----

Marisa Sofia, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “ *tivemos conhecimento de que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores se encontram sujeitos ao pagamento de uma multa, por parte do Tribunal de Contas, por terem tomado uma decisão considerada pelo Tribunal de Contas como imprópria. As três decisões tomadas em reunião de*

câmara, em que os Vereadores do PS votaram favoravelmente duas delas, abstendo-se na terceira decisão, partiram do pressuposto de que os documentos que lhe eram apresentados pelo Sr. Presidente não estavam feridos de qualquer ilegalidade. O menor rigor com que aqueles documentos foram elaborados e analisados antes de colocados à votação do executivo coloca-nos a nós, membros da Assembleia Municipal, a dúvida sobre se não estaremos a votar na Assembleia propostas ilegais, das quais seremos posteriormente responsabilizados. Assim, solicitamos ao Sr. Presidente que informe esta Assembleia do que realmente se passou e porque foi considerada ilegal a decisão tomada. Informe sobre as medidas que tomou, no sentido de garantir que assuntos do mesmo teor não possam vir a ser objecto do mesmo procedimento por parte do Tribunal de Contas e/ou de outros organismos”.-----

Roberto Meleira tomou a palavra para dizer “*aquilo que me traz aqui é um tema muitas vezes abordado nesta Assembleia, nos últimos 5 anos. É evidente que falo das Termas do Cró. Como já foi afirmado pelos Vereadores do Partido Socialista a informação de que não houve interessados no concurso público para a Concessão da Exploração Comercial e Turística do Balneário Termal do Cró, é uma péssima notícia para o Concelho do Sabugal. Eu via nas Termas do Cró, um modo talvez até simples, de podermos ressuscitar este concelho, eu gostava muito que em vez de termos 40 Freguesias de termos 50, mas eu acho que um dia destes temos 40 Freguesias e só temos Presidentes de Junta, porque ninguém lá vive, porque eu acho que este concelho, é o caminho que este concelho segue se não lhe deitarmos a mão.*

Para que não restem dúvidas a ninguém sobre a posição do Partido Socialista, quanto à importância das Termas do Cró, para a afirmação do Concelho do Sabugal enquanto destino Turístico, lembramos o que era dito no Programa Eleitoral do P.S., pelo qual fui eleito:

“São bem conhecidos os recursos turísticos que o Concelho possui e que vão desde a riqueza natural, ao património histórico, passando pelo património etnológico, etnográfico, sem esquecer a ligação a destinos turísticos tão importantes como a Serra da Estrela.

A actividade turística é para nós um instrumento essencial para melhorar a imagem do Concelho, acreditando que a mesma será um dos motores do desenvolvimento socioeconómico, na minha opinião, talvez o principal.

Para tal, torna-se necessário e urgente, entre outras, apostar nos quatro eixos principais de desenvolvimento turístico: natureza, história e cultura, saúde e bem-estar, e etnografia e identidade”

Os executivos municipais dos últimos anos eleitos pelo PSD optaram por avançar com as obras das Termas do Cró, baseadas num documento, que ninguém parece conhecer, com perto de quinze anos de existência (será que também elaborado pelos sábios da UBI?), sem perceberem que o mesmo estava completamente ultrapassado face ao que tem sido a evolução recente do termalismo em Portugal, porque o modelo que se quer e que se escreve, é o modelo que a rainha D. Leonor implementou nas Caldas da Rainha há muitos anos atrás, e de certeza que não está actual.

Pior ainda, sem que o mesmo estivesse suportado por qualquer estudo de mercado ou estratégia empresarial credível, que permitisse aos potenciais interessados perceber que se estava perante uma boa oportunidade de investimento.

Ainda pior, um investimento que nem era suportado por quaisquer estratégia de desenvolvimento do Concelho do Sabugal, nem em termos gerais, nem no que dizia respeito ao sector fundamental do Turismo.

O resultado para o nosso Concelho é extremamente negativo.

Ninguém investe pelos lindos olhos, seja pelo Presidente da Câmara, seja por aquilo que for.

Ninguém investe sem perceber se dali vai retirar algum, legítimo, lucro. Ninguém investe numa obra que sendo importante e fundamental para o Concelho foi iniciada e continuada nos moldes em que tal aconteceu.

E com isto nos vemos, mais uma vez, no beco sem saída para onde os Executivos Municipais do PSD nos atiram.

Se não há privados interessados, então o Executivo acelera em frente, continuando a obra nos mesmos moldes, e assumindo mais um encargo de gerir aquilo que, em tempo útil, não souberam tornar atraente para que um parceiro privado ali pudesse investir.

E se alguém falar, lá estará a SABUGAL +, e lá estarão no próximo orçamento mais uns milhões para que esta Empresa Municipal faça a gestão dos Termas do Cró!

E não há alternativa?

Há e passa por, como propúnhamos em 2009:

- *“Elaborar e concretizar o **Plano Estratégico do Concelho do Sabugal**, eu já ouvi aqui dizer pela parte do **Senhor Deputado Manuel Rito**, um plano que terá muita coisa por onde se trabalhar, e que poderíamos aqui trabalhar todos juntos, para que fosse algo credível e algo que nos pudéssemos orgulhar;*

- *Elaborar e executar o **Plano de Marketing Territorial do Concelho do Sabugal**, valorizando os recursos e a imagem externa do Concelho, mostrar lá fora o que é o Sabugal.*
- *Elaborar e concretizar o **Plano de Desenvolvimento Turístico do Concelho do Sabugal**.*
- *Criar o **Gabinete de Imagem do Concelho do Sabugal**.*
- *Promover um pacote turístico do Concelho, tendo como pólos principais*
 - a) *o **turismo de natureza**, centrado nas Serras de Malcata e das Mesas (quase desconhecida), no rio Côa e na Barragem do Sabugal;*
 - b) *as **Termas do Cró**, enquanto destino turístico de “saúde e bem estar”, é isso que temos de proporcionar às nossas pessoas.*
 - c) *o **património cultural e histórico**, baseado na rota dos Cinco Castelos.*
 - d) *o **turismo desportivo de natureza radical e de aventura***

Isto, passa por, de uma vez por todas, perceberem que, sem uma estratégia clara para o desenvolvimento turístico do Concelho, onde as Termas do Cró assumem um papel fundamental, estas nunca se tornarão num pólo de atracção regional transfronteiriço, sem um plano adequado.

*Passa, por perceber que sem um plano de negócios claramente definido e sem uma estratégia de desenvolvimento da “oferta termal” que inclua o termalismo terapêutico segmentado sim, mas também e sobretudo, o termalismo de bem-estar, o que significa também, perceber qual o **Público-alvo** que se pretende atingir.*

Passa, por fim por entender que as Termas do Cró não são uma ilha no meio do nada, e que existe uma oferta hoteleira de qualidade, quer o Concelho quer na Beira Interior, com a qual se deveria, desde o primeiro momento, trabalhar, no sentido de a integrar no processo de afirmação da oferta termal que estava a ser criada.

Ainda vamos a tempo de meter mão, de encontrar as soluções que outros Municípios com Termas já souberam encontrar.

Não queiram dar razão aos senhores do PROT Centro quando anularam o Cró das Termas existentes na região, e as propostas do Partido Socialista são claras e mantêm toda a actualidade.

Assim o Sr. Presidente da Câmara e a maioria que o apoia percebem definitivamente que “o joelho não é bom conselheiro”, pois estes têm que saber escolher”. -----

Nuno Teixeira, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “*Os acontecimentos recentes da vida política do nosso Concelho não nos deixam admirados, pois era algo que sabíamos iria acontecer!*”

Desde o primeiro momento tínhamos alertado que em política nem tudo valia e que a prática democrática não pactuava com as atitudes que o Sr. Presidente da Câmara e a maioria relativa do PSD tomavam para garantir o “poder absoluto”, numa política de “terra queimada”, do “posso, quero e mando”.

Em Junho de 2010 dizia o Sr. Presidente em comunicado auto-justificativo das alianças entretanto feitas que conviria “nunca esquecer que cabe a quem ganha, governar. E foi em nós que os sabugalenses depositaram a sua confiança (...).

Ora esta é uma conclusão falsa pois, na nossa interpretação dos resultados eleitorais, o que os sabugalenses, na sua intuição e sabedoria popular, sabiam, era que não podiam dar a maioria absoluta a alguém que a não saberia usar de forma correcta e por isso, não deram ao PSD a maioria absoluta.

Os sabugalenses perceberam igualmente que sem um Partido Socialista forte e com capacidade de intervenção e de influência nas decisões a tomar, o Concelho não progrediria.

Mas isso não interessava a quem queria o poder absoluto a todo o custo. Isso não interessava a quem do poder democrático tem uma visão de, como diz o dirigente nacional do PSD, “ir ao pote”.

E por isso o Sr. Presidente da Câmara e quem o acompanha e aconselha decidiu deitar-se com o primeiro que se pôs a jeito, e nunca, como agora, se aplicaria melhor o ditado popular “diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”.

E como são irónicas as palavras então ditas pelo Sr. Presidente, e que relembramos: [A necessidade de constituir uma equipa de trabalho operacional para dar resposta eficaz em tempo útil às novas exigências e competências, quer da Câmara, quer da Empresa Municipal, levaram a conversações (...), desenvolvidas sempre num clima de respeito e convivência democrática, tendo como objectivo valores de lealdade, de bem servir o nosso Concelho, de procura da necessária estabilidade e governabilidade que reconheci no Vereador Joaquim Ricardo. (...) Estão assim reunidas as condições para que as novas equipas possam desenvolver com empenho, dedicação e zelo as funções para as quais estão agora mandatados]

A” lua-de-mel” de um casamento que mais parecia de conveniência, demorou pouco mais de seis meses e hoje fica claro que só na cabeça de alguns iluminados do PSD tal solução tinha pernas para andar.

E não podemos esquecer a intervenção emocionada do Sr. Deputado José Robalo dando os parabéns e congratulando-se com a visão e a estatura política do seu irmão Presidente por ter feito tal aliança!...

Acabada esta aventura não conte o Sr. Presidente com a nossa boa vontade para o ajudar a descalçar a bota em que meteu o pé!

O Partido Socialista é, e será a principal força da oposição e assumirá essa condição não pactuando com o Sr. Presidente e o Executivo minoritário do PSD na aprovação e concretização de políticas e medidas que ainda agravam mais a situação a que anos e anos de poder PSD conduziram o Concelho do Sabugal

Ao PSD compete, como o Sr. Presidente gosta de reafirmar, governar.

Ao Partido Socialista compete ser oposição e se nunca nos mostrámos indisponíveis para, de forma consensual, aprovar as medidas que, verdadeiramente contribuem para o desenvolvimento do Concelho do Sabugal, não pode o Sr. Presidente pensar que, falhada a carta “Ricardo”, pode jogar com os trunfos do PS.

*Não somos, nem seremos aliados, e se, Sr. Presidente e seus acólitos, em tal pensaram, de uma forma clara e definitiva lhes dizemos, **enganaram-se!** “ -----*

José Robalo, tomando a palavra, (em defesa da honra) disse “ *Em primeiro lugar eu queria dizer ao meu amigo Joaquim Carreto, que eu não disse que o Dias Loureiro não tinha culpa no cartório. O que eu disse é que nós devíamos deixar de lado a partidarite, a clubite e, de uma vez por todas, porque aquilo que nos une é o Sabugal, e que os deputados entraram aqui para dentro por causa dos interesses do Sabugal, foi isso que eu disse. Eu não disse que o PSD não tem culpa no cartório, pelo contrário, o senhor interpreta-me é mal para tentar justificar os erros do presente. Em relação à referência que me é feita, ou o senhor não percebe português, ou não percebeu o que eu disse, claramente. Eu entendo perfeitamente que o senhor não entenda aquilo que eu disse mas, o que eu disse, e há aqui muitas testemunhas, foi que eu desde a primeira hora discordei deste tipo de acordo, mas que compreendia as razões do senhor Presidente da Câmara para tentar tornar governável uma nau. E esses princípios ficam-lhe muito bem. Ele tem o dever de tentar encontrar consenso no órgão do executivo, para tentar que o Concelho seja governável. Esse é o dever que se impõe ao Presidente da Câmara sério e honesto que está para trabalhar ao serviço do Concelho para afastar, no dia a dia, a vida da política. Foi isso que eu disse e que isso lhe ficava muito bem, porque ele está ao serviço dos interesses superiores do concelho.*

Já agora, senhor Nuno Teixeira, o senhor diz isso muitas vezes. Eu quero dizer uma coisa É verdade que o PSD está em maioria relativa, mas o PS está em minoria absoluta. É este o nosso papel, está a

ver? Quando falar da maioria relativa do PSD, nesta Assembleia ou na Câmara, fala da minoria absoluta do PS. Os senhores tem o direito e o dever de fazer oposição, mas também tem uma responsabilidade política muito importante. Sabe qual é? De colaborar activamente nas políticas concelhias, entende? O que eu acho estranho é que em vez de estarmos a louvar uma obra como o Cró que foi feito com muito trabalho e dedicação de algumas pessoas que estão presentes, vimos aqui criticar aquilo que se faz. Ainda não foi posta à prova e já a vimos aqui criticar. Nós fizemos um esforço. Todos nós priorizámos aquela obra. E agora no primeiro concurso que ficou deserto, vimos aqui criticar... então se nós não acreditamos na nossa terra, se nós não acreditamos no nosso trabalho, como é que podemos passar lá para fora uma imagem positiva e dizer aos outros que venham para cá, que nós temos aqui uma terra bonita e atractiva para trabalhar e investir, se somos nós os primeiros que não acreditamos nela. É que não damos a mínima oportunidade”. -----

Nuno Teixeira tomando a palavra, em defesa da honra, disse “ *o senhor deputado José Robalo dirigiu-se a mim, falou, falou, falou e, no fim, disse entende?! Penso estar ao seu nível literário e, se duvidas houver daquilo que disse, na Assembleia que referi aqui, tem que haver uma gravação e, se por acaso referi alguma mentira, serei o primeiro a assumi-la. Só que quero uma cópia dessa gravação. Em segundo lugar ninguém disse que não gostava do Sabugal ou que não acredita no Sabugal. Eu não acredito é nos governantes do Sabugal. Agora acredito no Sabugal. Nós temos todas as condições e mais algumas para sermos um dos melhores, se não o melhor, concelho da Beira Interior e, disso não duvido. Mas do que é que adianta ter materiais de construção se não soubermos construir, pergunto eu? Do que é que adianta pôr à minha frente blocos de areia e de cimento se eu não sei fazer uma parede? Agora acredito no Sabugal, nunca duvidem disso.* -----

Roberto Meleira, tomando a palavra, em defesa da honra, disse “*antes de mais queria dizer ao senhor deputado José Robalo que me sinto ofendido, na minha honra, porque tive algum trabalho a preparar as minhas intervenções. Já agora gostava de dizer que, desde o inicio, nunca fui, nem nunca serei contra o Cró e já disse várias vezes que o futuro do Sabugal passa por aí. Sou contra o modelo em que aquele balneário está construído. Está escrito em diversas actas do mandato anterior. Não é de agora. E se o senhor deputado José Robalo se lembrar eu, na altura, fui das primeiras pessoas a dizer que devíamos contratar um grupo de renome para podermos fazer algo por aquelas Termas. Agora não venha dizer que é demagogia. Que é não gostar do Sabugal. Que é dizer mal das Termas do Cró. O que eu vim aqui fazer foi defender o meu ponto de vista, porque acho que vivemos em democracia e o que enriquece esta Assembleia é a nossa divergência. Senti muito prazer em debater ideias, principalmente consigo. É sinal que está atento às intervenções dos outros, ao contrário de muita gente nesta Assembleia. Agora, em termos de ter opinião*

contrária, não quer dizer que gosto menos do Sabugal porque, se há coisa que não admito a ninguém, é que duvide da minha “sabugalite”. -----

Joaquim Carreto, tomando a palavra, em defesa da honra, disse “ *defender a honra, nos tempos actuais, é muito relativo. Desde a última assembleia que a defesa da honra é muito complicada. Só quero dizer ao meu amigo José Robalo, que eu não disse que ele não tinha dito. Eu só disse que ele omitiu. Em termos políticos o omitir, o subentender-se, é muito importante. Ele não o disse, porque não quis, porque se fosse honesto, politicamente, tinha-o dito e, era por aí, que deveria ter começado. Toda a gente percebeu onde ele quis chegar. Toda a gente sabe que, em termos políticos, o senhor José Robalo sabe onde quer chegar. Eu também sei e, por isso, respondi*”. -----

Manuel Rito tomou a palavra para em defesa da honra, na qualidade de presidente do anterior executivo e já no executivo há vários anos. Assim disse “ *Quanto a não ter havido estudo do Cró, quero dizer que houve estudo quer das águas, quer a nível bacteriológico, físico-químico, médico - hidrológico, quer económico ou financeiro por parte da CCR. O balneário tem três valências: fisioterapia, que estou convencido era o melhor espaço de fisioterapia da Beira Interior, termalismo clássico e termalismo de bem-estar e lazer. O facto de se ter mandado construir o balneário foi, exactamente, para tentar atrair investimento. Se nem com o balneário construído, nesta fase, houve concorrentes, imagine sem o balneário construído.*

Relativamente à questão da Ligação à A23, relembro que em 28/09/2001, nesta Assembleia Municipal e sem votos contra, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Económico Social do Concelho do Sabugal, que está ainda em vigor. Não houve actualizações. Já podia ter sido actualizado, mas não foi. Nesse plano, (acho que nessa altura Francisco Barrios fazia parte da Assembleia) constava a Ligação à A23, portanto o pai da criança, pelos vistos, é a Assembleia Municipal”. -----

Terminado o período de intervenções o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, disse “*perante as questões colocadas, de forma sucinta e muito rápida, vou tentar responder. Obviamente que vou tentar responder à letra. Responder à letra é dizer-vos que relativamente às questões colocadas de uma forma séria, respostas sérias e àquelas que foram colocadas de uma forma menos própria, de certa forma até não regulamentar, dar-vos-ei uma resposta a preceito.*

Relativamente à questão e à temática que o senhor Gata colocou é, efectivamente, uma questão muito séria. É uma questão a que vou responder também com toda a seriedade e sublinhar, de certa forma aquilo que se tem vindo a fazer. Pedia também às pessoas que colocaram questões, questões

muito importantes, segundo eles, que estejam aqui, que tenham paciência para ouvir a minha resposta. Que não saiam da sala, porque não é só cumprir o preceituado, o estipulado e, depois, abandonar a festa. É preciso ouvir os foguetes também que eu mando.

Relativamente à Empresa Águas do Zêzere e Côa, há um movimento....diria que, chegados todos os Municípios, deste sistema, a situações mais ou menos insustentáveis do ponto de vista financeiro, relativamente aos compromissos com esta entidade. Relembro o que referi na última Assembleia. A Câmara Municipal contabilizou em 2010, 1.300.000€ de saneamento e 1.100.000€ de água, portanto 2.400.000€ só de água e saneamentos para as Águas do Zêzere e Côa. É muito, é sim senhor quando este Município recebe dos munícipes aproximadamente 500.000€. E nós concluímos que há vários sistemas no país, de norte a sul, essencialmente em zonas interiorizadas que têm este problema e o que os municípios ligados às Águas do Zêzere e Côa quiseram demonstrar foi, que teria que aumentar o tema e colocá-lo na agenda nacional do governo, e a única forma que encontramos foi, em solidariedade, contratarmos serviços com um jurista de renome, e fazer alguma coisa, obviamente com fundamentações jurídicas, a que chamámos, alteração dos pressupostos da concessão do sistema multimunicipal das Águas do Zêzere e Côa, ou seja nós queremos com esta tomada de posição e com este bater de pé, que deixe de haver esta asfixia para os Municípios relativamente ao sistema das Águas do Zêzere e Côa. Para tal fomos recebidos pela senhora Ministra, portanto já deu algum resultado o facto de ter lido na comunicação social, e dos presidentes de câmara de uma forma mais consensual terem tomado posições e terem falado com a comunicação social sobre este assunto e, fiquei também satisfeito quando ouvi o Eng. Sócrates falar da questão das dívidas dos Municípios ao sistema de abastecimento multimunicipais de cerca de 250.000.000€. Portanto já está na agenda e, é isso o importante. No momento o que está em questão, não é a saída dos municípios do sistema das Águas do Zêzere e Côa, é uma forma de pressão enorme para que sejam revistos os pressupostos da concessão, para que haja alterações a nível nacional, a nível regional e também a nível local, das tarifas a pagar.

Relativamente ao Rio Côa e à questão colocada pelo João Manata e Manuel Rasteiro, vou – vos dizer o seguinte: para nós também é uma questão muito séria e por isso convoco todos os membros da assembleia que entenderem, para estarem às onze da manhã, da próxima segunda feira na Câmara para irmos visitar os locais todos. Agarrarmos garrafas e enchemo-las para mandar para análise, porque eu estava em Coimbra e telefonaram-me a dizer o que havia. Mandei de imediato os serviços da Câmara recolher água, que foi enviada para análise, (aliás até houve uns expressão curiosa de Teles Rato que me disse “eu até provei mas não vi nada, ou seja eu não senti nada”) e nada acusou, mesmo com a espuma. Não é o custo das análises que está em causa e vamos fazer análises para, de uma vez por todas, identificar o problema, porque eu já corri o rio de alto a

baixo, os técnicos da Câmara já o fizeram e essa é a resposta. Portanto, para não haver mais dúvidas, fica já agendada para segunda feira, pelas onze horas da manhã uma vistoria ao rio acompanhado dos técnicos. É um pequeno passo em frente, é um passo positivo, que podemos dar. É capaz de ser um problema congénito, não sei. É verdade que já foi falado muitas vezes na Assembleia, mas eu não poderia estar aqui a dar a cara, desta forma se não tivesse a consciência e a certeza de que houve análise e que as análises da água, de químico, nada acusaram. Estou à vontade para o dizer e estou à vontade para refazer .

Relativamente à questão da barragem, esta semana recebi uma resposta da Direcção Geral da Agricultura que é quem está com o sistema, a dizer o seguinte: fica a Câmara Municipal de Sabugal autorizada a reparar a barragem. Veja que a resposta é excelente!! Pedi aos serviços para marcar uma reunião, em Lisboa, com o senhor director geral, precisamente porque vou reparar a barragem, mas vão ter de abrir os portões daquele lado para que possam passar as viaturas. Se a Câmara Municipal vai pavimentar é normal que seja uma via de passagem de trânsito e é essa a mensagem que vou levar a Lisboa, logo que marquem a reunião.

Senhor Ilídio Clemente, está a vontade para falar nos 10.000€, relativos às reuniões do executivo feitas nas freguesias, porque ainda esta semana houve uma freguesia que os recebeu. Depois falou na aquisição de terrenos. Há uma rubrica genérica para aquisição de terrenos. Existe e está no plano, mas não está lá escrito se é direccionado para aqui ou para ali. Portanto esta é uma resposta. Aproveito já para responder ao senhor Paulo Cruz. Por um lado disse-me que aquilo custou 50 vezes mais. Então já o avaliou! E perguntou-me se houve avaliação, mas... custou 50 vezes mais! Então já está avaliado! Fez uma afirmação, então é porque se calhar avaliou...

Depois ouvi também uma coisa muito importante, um colega seu de bancada referiu o seguinte: a avaliação dos bens materiais não é fácil, depende de quem vende e de quem compra, e a questão aqui, meus amigos, que já foi colocada em vários executivos, é ou não é verdade que a Rua Luís de Camões está num estado lastimável? É ou não é verdade que a baixa do Sabugal merece um tratamento? É ou não é verdade que não podemos andar eternamente bloqueados em situações de compromissos a prazo? É ou não é verdade? Era melhor que ficássemos como estávamos? Aquilo não foi adquirido para ficar parado. É para efectivamente dar outra visibilidade à baixa, e àquela zona do Sabugal.

O Nuno Mota falou do senhor Vereador Joaquim Ricardo, não pôs questão particular nenhuma. O professor Bárrios pôs a questão da marcação das estradas, mas tem de convir que nos últimos anos houve um esforço enorme, na marcação das estradas. Tem de verificar isso. Esta é uma situação em que há anos nos empenhamos no sentido de marcação das estradas. Vamos ver e, digo eu, vamos ver?! Precisamente, hoje, assinei uma carta de compromisso para com uma entidade... (portanto, foi

aberta uma linha de quase 3.000.000 euros para a Prevenção Rodoviária da Secretaria de Estado da Protecção Civil) e, hoje mesmo, aderi numa fase inicial, aos estudos para fazerem um plano de segurança rodoviária do Concelho do Sabugal e, obviamente, que essas situações também estão incluídas. O que eu posso dizer é que, pouco a pouco, e à medida das possibilidades, vamos fazendo marcações. Já esteve tudo muito pior. Há uma situação que tem sido referida, relativamente à prevenção rodoviária, e sobre a qual me posso pronunciar, que é a protecção da estrada da descida de Sortelha para o Santo Amaro, em que já foi aberto concurso para a execução desse trabalho.

Como dizia tem havido um enorme esforço na marcação das vias, que é importante. Nós queremos ter estradas seguras, nós temos quatrocentos e tal quilómetros de estradas municipais, no concelho. É um trabalho que tem de ser desenvolvido mas, pouco a pouco, porque, normalmente, aproveitamos o facto de, quando vêm empresas fazerem grandes marcações das estradas que estamos a desenvolver, aproveitamos para fazer mais algumas marcações. Portanto vamos trabalhando e, havemos de continuar a trabalhar, nesse sentido.

Houve uma questão levantada por Joaquim Carreto, relativamente à questão das portas e janelas do edifício da Câmara, que agradeço.

À Marisa Martins respondo da seguinte forma. Lamento o facto de uma correspondência confidencial, entregue a oito pessoas, ao presidente e a mais sete vereadores que intervieram, até agora, neste processo - a questão do Cró - ser tão peremptória, ao referir [medidas ilegais ou nas ilegalidades cometidas ?!], eu acho que até vou já preso. Estamos numa situação em que já me está aqui a afirmar que nós todos fizemos umas ilegalidades, umas propostas ilegais, umas situações que eu nem sei... não sou jurista... nem sei se os tribunais são logo a partida, à cabeça, que apanham logo com as pessoas.

É que ainda não tivemos reunião de Câmara, depois de ter recebido a surpresa num envelope, a questionar-me sobre alguns posicionamentos, e perguntam o que é que eu fiz. O que eu fiz foi juntar os técnicos da Câmara, envolvidos nos procedimentos, e questioná-los sobre o que fazer e que nos auxiliem na resposta. Mas, isso, ainda há-de fazer correr muita tinta.... agora o envelope foi recebido pelos senhores vereadores, suponho que todos. Eu recebi o meu na segunda feira passada, vir para a Assembleia com questões destas, de ilegalidade, de obras ilegais no Cró, desculpe ... isto é um lamento pessoal, o facto de valer tudo... aqui é que vale tudo.

O Roberto Meleira falou do Cró. É mais um desafio. Das conversas que ouvi, não conhecem o Cró!. Senhor Presidente da Assembleia é um desafio, marque logo que possível uma visita às Termas do Cró...”

O Presidente da Assembleia interrompeu para dizer “ *Não sei se o senhor Presidente se lembra, que foi aprovado aqui, no início do ano passado um plano de acção da Assembleia Municipal, no qual estava marcada uma visita às Termas do Cró, em Setembro/Outubro, que depois não se realizou porque se considerou que isso representaria um encargo financeiro muito elevado para a Câmara Municipal, mas senhor presidente tenho muito prazer em colaborar imediatamente.* -----

Continuando o **Presidente da Câmara** disse “ *acho que não é necessário a marcação de uma Assembleia Municipal especial para visitar o Cró. Apenas faço o desafio de , através da Assembleia ou individualmente, como entenderem, visitarem o Cró. Na verdade está ali um equipamento com valência tripla, e que, em termos de termalismo, termalismo de lazer e das potencialidade envolventes que pode vir a ter, poderá ser uma referência , na Beira Interior. O facto de, numa primeira tentativa de concurso, com as imposições e condições que a Câmara colocou, não aparecer um investidor que queira fazer mais daquilo e geri-lo, não nos deve deixar, aqui, de lado, porque tenho a certeza que vai ser um pólo importante de dinamização e desenvolvimento. Até vos digo mais... já fui contactado por escolas de saúde para se instalarem no Sabugal e aproveitarem os equipamentos e as valências do Cró, para fazerem aqui praticas dessas áreas. Aquilo não é termalismo clássico, não é termalismo de mochila, para chegar lá tomar o banho e vir para casa. É um equipamento de muita qualidade. Acreditamos que é possível ter/haver estratégias para conciliar e atrair investimento para aquele local. E, se não houver... nós temos imaginação e capacidade para fazer outras coisas. Temos já alguma hotelaria no concelho, temos já casas que podem acolher e podem protocolar.... temos trinta lares... então vamos esquecer essa enorme prancha de pessoas que temos no concelho. Temos todas estas potencialidades.*

Ao senhor Nuno Teixeira só quero dizer o seguinte e, também , porque foi levantada aqui a questão e, tem a ver com o vereador Joaquim Ricardo. De facto, entrou como vereador a tempo inteiro do executivo e apresentou-me a carta de demissão. Eu quero dizer-vos que houve uma inadequação das expectativas que o senhor vereador tinha a actividade governativa Municipal, no seio de uma equipa que veio com o projecto e que está a funcionar e optou por tomar essa posição, transmitiu-ma, não é recente, foi ponderada e, portanto só me resta aceita-lá e aceitar também toda a colaboração não só dele mas também dos vereadores da oposição que, contrariamente ao que o senhor Nuno Teixeira disse ... eu vou dizer o seguinte: ele afirmou [com estes governantes do Sabugal]. Meu amigo os governantes do Sabugal somos todos. Somos sete e são vocês, também, que são a Assembleia Municipal. Com estes governantes do Sabugal. Uns são poder executivo, outros são poder deliberativo, outros poderão vir a ser consultivos, mas somos todos chamados a governar o Sabugal. Com esses governantes!/. Então quer dizer que a responsabilidade de governante é do Presidente da Câmara e mais dois vereadores a tempo inteiro e os outros não têm nada haver com o assunto. É isso? Os governantes somos todos.”

Presidente da Assembleia, tomando a palavra disse “ *se não houver nenhuma oposição dos membros da assembleia, agendarei com o senhor Presidente da Câmara uma visita às Termas do*

Cró, para a qual serão convidados todos os membros da assembleia, que se fará na altura e nas condições a acertar.

Para além disso penso que não se justifica estarmos a prolongar este período da ordem de trabalhos. As posições dos diferentes grupos foram assumidas, as respostas do senhor Presidente são as respostas do senhor presidente. Na posição de Presidente da Assembleia vou considerar encerrado o período de antes da ordem do dia.” -----

Joaquim Carreto, na sequência de interpelação à Mesa, tomou a palavra para dizer que em relação à visita às Termas do Cró e, para redução das despesas, se poderia utilizar o autocarro da Câmara, pois que, concerteza, não iriam “*todos em procissão*” fazer a visita no mesmo dia, devendo para o efeito ser agendados o dia ou dias dessa visita. -----

António Gata, na sequência de interpelação à Mesa, tomou a palavra para dizer “ *é só para dizer que, de facto estava muito preocupado com esta temática, e que pela resposta que o senhor Presidente da Câmara deu, fiquei um bocadinho mais despreocupado. Para além disso deixou-me um pouco com a convicção de que tudo não passou de uma tempestade num copo de água. E por fim, para dizer, já que a Câmara Municipal está em negociações com as Águas do Zêzere e Côa, que seja possível incluir na agenda da discussão, e porque a água é nossa propriedade, possamos ter algum benefício com essa situação, como por exemplo, a água mais barata*”-----

Presidente da Assembleia, tomando a palavra disse “*quem coloca as questões ao senhor Presidente da Câmara, tem o direito de as colocar da forma como acha que as deve colocar. Quando o senhor Presidente responde às perguntas da Assembleia, tem o direito de responder da forma que ele quer responder. Quem faz a pergunta não pode querer que a resposta seja aquela que estava a espera. Portanto compreendo que haja uma situação de insatisfação. Por um lado o senhor Presidente da Câmara, se calhar, não gostava de ter ouvido algumas das questões que foram colocadas, como também acredito que os senhores deputados não gostaram da forma como o senhor presidente respondeu. Mas isto é a regra da democracia.*

Durante a sua ausência forçada e na sequência da intervenção do membro da Assembleia José Robalo este tinha ficado de redigir uma Moção, para ser aprovada. Tendo-a feito chegar à Mesa, passaria a lê-la, permitindo depois um período de intervenções, se alguém pretendesse intervir. Assim:

“ Proposta

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida no dia 25/02/2011, vem manifestar o seu mais veemente protesto pela tentativa de alteração da organização administrativa municipal nomeadamente com a reorganização autárquica (municipal) no sentido de extinguir algumas

freguesias. O interior, possui uma população geograficamente dispersa, que não se compadece com a alteração do actual figurino administrativo por razões meramente economicistas. Assim vimos manifestar o nosso mais veemente protesto contra qualquer tentativa, por parte do poder central, de reorganizar administrativamente o país, extinguindo muitas freguesias, do interior, acentuando a desertificação. Sabugal, 25 de Fevereiro de 2011. O proponente. José Robalo.”-----

Aberto o **período de intervenções** e, a na sequência de inscrição, foi dada a palavra a:

João Manata que disse “ *junto a minha voz à moção porque, de facto, acabar com algumas Juntas de Freguesia no interior, por vontade não sei bem de quem, é fechar o interior do país. Hoje há povoações que a única aproximação que têm ao Estado é a Junta de Freguesia e que sem o Presidente da Junta, deixa de haver Estado, nessas aldeias. Como foi há bocado dito, e muito bem, já tiraram a guarda-fiscal, já tiraram as escolas, agora tirando-lhe as Juntas, tiram-lhe tudo. Por isso vou votar favoravelmente, pois concordo plenamente com ela.” -----*

Joaquim Carreto que disse “ *Ainda não percebi, em concreto, que alteração é que se está a votar. Nada foi publicado na lei. Isso não passa de um rumor. O que sei de concreto é que esta alteração começou por Lisboa, não é no interior. Interior ... interior... Mouzinho da Silveira há tanto tempo que fez alteração. Acabou o concelho de Vilar Maior, o Concelho de Alfaiates, o Concelho de Sortelha e de Vila do Touro. Nós temos que elevar, temos que evoluir. Há freguesias que não têm razão nenhuma de existir, não temos dúvidas. Se alguém tem dúvidas basta que pense um bocadinho. Não fecha o Concelho por acabarem algumas freguesias. Não, não fecha. Há freguesias que são anexas de outras. Temos o Ozendo que é anexa de Quadrazais, ainda não desapareceu, a Torre é anexa do Sabugal e não desapareceu e por aí adiante. Mas qual é problema? Entendo isso em termos de que quando é na Assembleia, por causa da questão dos deputados... os partidos que temos têm medo de perder alguns elementos. Não é a questão aqui. Já se evolui há muitos anos. Já houve uma revisão administrativa no tempo de Mouzinho da Silveira, e temos medo de quê, agora? Voto contra até porque não sei em quê. Ainda não vi lei nenhuma, não vi alteração nenhuma. Tivessem votado a favor da regionalização e agora estes problemas não se punham”-----*

Nuno Teixeira para dizer “ *em relação a este assunto nem sou contra, nem sou a favor. Tal e qual como disse o meu camarada, ainda não ouvi nada mas, depois do que disseram, é possível que eu já tenha ouvido mas não tenha percebido, mas julgo que ainda não saiu nada em relação a isso. Saiu, realmente, em relação a Lisboa a nível de algumas freguesias. Em relação ao Sabugal ainda não vi nada e, para além do mais, mesmo que já se tivesse ouvido alguma coisa, julgo que isto é algo que não se possa votar em cima do joelho e que carece de algum período reflexão e discussão. Não é*

chegar aqui, está aqui a moção e vamos votar. Ainda por cima, votar algo que não conhecemos, não sabemos e não ouvimos falar.”-----

José Robalo que disse “ *Joaquim Carreto o municipalismo, de facto, liderado por Mouzinho da Silveira tem sido um dos pilares da nossa democracia e, como muito bem diz João Silva são estes autarcas, Presidentes de Juntas, que mais perto estão das populações, que melhor sentem, melhor conhecem os problemas e melhor os resolvem. Se desaparecerem as freguesias, se desaparecer essa organização administrativa é mais uma machadada no interior. Nós não somos inocentes e o que se fala é, precisamente, diminuir as despesas com a representação, as despesas dos políticos, e carregar sempre nos mais fraquinhos, nos Presidentes de Junta. Se ficarmos à espera que saia a lei para depois a votarmos vai ser tarde de mais. Penso que é o momento exacto para todos nós ganharmos consciência de que este é um ataque feroz ao municipalismo. É um ataque feroz à extinção das pequenas freguesias, e penso que é altura de nós votarmos esta proposta porque todos sabemos que isto é uma proposta que está em cima da mesa e nós ou nos defendermos a tempo e horas ... e, eu julgo mais ... se esta proposta que está em cima da mesa for aprovada, sugeria ao Presidente da Assembleia que tentássemos unir esforços para que, na Beira Interior, no Distrito da Guarda, todas as Assembleias Municipais votassem propostas no mesmo sentido, de forma a que o poder político sentisse que nós ainda cá estamos, e queremos cá continuar a estar. Era só isso e não sejamos inocentes. Se estão à espera da lei e do facto consumado, qualquer dia não temos Sabugal.”-----*

Presidente da Assembleia, que disse “*o que se sabe concretamente é que o PS e o PSD acordaram entre eles, no concelho de Lisboa, acabarem com um conjunto alargado de freguesias. Não se sabe mais nada, e sabe-se também que, ciclicamente, vem a revisão da actual divisão administrativa do país a público. Isto é o que se sabe, não se sabe mais nada. Compreendia e votaria a favor se o senhor deputado José Robalo na sua moção tivesse dito que nunca seria aceitável que sem a audição e sem a aprovação dos órgãos autárquicos do Concelho do Sabugal, tal situação não aconteceria. Se isso fosse na moção, eu votaria imediatamente a favor, porque o que eu não poderia aceitar, nunca, é que uma decisão qualquer da administração central, passando por cima da vontade dos órgãos democraticamente eleito do concelho, isto é da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia, quisesse impor ao concelho Sabugal ou a qualquer outro concelho de Portugal, uma nova divisão administrativa.*

Como, até hoje, não ouvi ninguém, nem o Partido Socialista nem o Partido Social Democrata, que são os dois partidos que, em Portugal, poderão levar a cabo uma revisão destas, acho que esta moção, da forma como está, é extemporânea e não reflecte nada do que, neste momento, está em discussão no país. Por isso eu voto contra.”-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou a **Moção** a votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 34 votos a favor, 10 abstenções e 21 votos contra.-----

De seguida foram feitas as **Declarações de Voto** que se transcrevem:

Roberto Meleira “*eu votei contra esta moção, porque no momento que o país atravessa, eu prefiro que cortem freguesias do que cortem no Serviço Nacional de Saúde*”.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, depois de cumprimentar os presentes disse: “*quero dizer que votei contra esta moção, porque ela não tem minimamente as condições que devia ter, eu estive num seminário sobre esta problemática das freguesias, e além disso é completa ignorância do que se faz*”.-----

João Manata “*a grande poetisa portuguesa Sofia de Mello Breyner dizia [vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar...]. Eu já vi, ouvi e li ...até ouvi um dia destes a Câmara da Guarda a tomar uma posição a favor da extinção de freguesias E já vi responsáveis do Partido Socialista a defender isso. Se os senhores não ouvirem, não sei, ou andam desatentos ou serei eu que andarei informado*”

Concluída a intervenção o **Presidente da Assembleia** disse que estavam esgotadas as inscrições para intervir, pelo que se iria passar ao **Período da Ordem do Dia**”.-----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – 1.000.000,00€.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer “*quero apenas fazer um esclarecimento prévio, porque acho que o documento distribuído não era claro. O que aí está proposto e o que se pede é, o que qualquer Câmara do país tem, e que a nossa ainda não tinha, talvez por não ter tido necessidade. Qualquer empresa, qualquer instituição ou até qualquer gabinete tem. Embora a Lei das Finanças Locais lhe atribua o título de **empréstimo a curto prazo**, este empréstimo não é mais do que a possibilidade de se abrir uma conta-corrente caucionada, num banco, para termos flexibilidade de gestão de tesouraria. Aliás, tive oportunidade de dizer para a comunicação social, relativamente a esta questão, quando questionado: verifiquem nas câmaras municipais ao lado (Almeida, Belmonte e outras) que todas têm. Repito que este empréstimo não é nada mais do que uma conta corrente caucionada que a Câmara, como também é referido no documento, tem de repor a breve prazo. E é isso que peço à Assembleia para votar, nada mais do que isso*”.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Celino Augusto que depois de cumprimentar os presentes disse “ *gostava só de perguntar ao senhor Presidente que problemas é que este empréstimo poderá resolver*”.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que a Câmara, tinha necessidade de contrair o empréstimo, por inúmeras razões, nomeadamente:

1. “ *só agora ter sido possível efectuar a candidatura do Balneário das Termas do Cró, estando já em fase de análise pela CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, esperando vir a receber uma compartição de cerca de 5 milhões de euros;*
2. *ter menos um milhão de euros, de receita, no orçamento deste ano, relativamente às transferências do Estado;*
3. *os custos enormes de insustentabilidade perante o Sistema de Águas do Zêzere e Côa que em 2010 ascendiam a 2,5 milhões de euros;*
4. *a manutenção da transferência de capital para as Juntas de Freguesia de cerca de um milhão de euros;*
5. *estar a decorrer a execução da Estrada de Ligação ao Soito e a Variante e haver atrasos no pagamento das participações dos fundos comunitários;*
6. *e para responder a uma legislação nova que impõe que, se não forem cumpridos os prazos de pagamentos estipulados, passam, automaticamente, a vencer juros.*

sendo que esta conta seria essencialmente para fazer o controle de pagamentos a fornecedores para não se ultrapassarem os prazos”.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Malcata, depois de cumprimentar os presentes disse “ *acho que o senhor Presidente devia explicar o que é uma conta caucionada mas, se quiser posso explicar. Uma conta caucionada é o montante que um banco disponibiliza a uma entidade e que pode ser utilizada numa necessidade pontual. Imaginemos que a Câmara precisa de fazer um pagamento, hoje, de 100.000,00€, e não tem essa disponibilidade. Através dessa conta, paga e, se amanhã tiver disponibilidade, já pode amortizar o montante que retirou. Isto vai fazer com que a Câmara pague os juros de um só dia. É uma possibilidade que a Câmara tem para fazer face a eventuais situações desagradáveis que possam surgir. Penso que, não há nenhum inconveniente, que a Câmara irá gerir bem esta situação, e pela minha parte o meu voto vai ser favorável*”.-----

Manuel Joaquim Rito, depois de cumprimentar os presentes disse “ *é para dizer que vou votar a favor porque considero um acto de boa gestão uma conta caucionada e, pegando nas palavras do Sr. Presidente de Malcata, que deu a explicação certa, acho que a Câmara vai gastar menos e vai passar melhor imagem do Sabugal*”-----

Nuno Teixeira “*em relação à minha intervenção, o senhor Presidente já deu resposta a uma das partes de que ia falar. Vemos, ouvimos e lemos e não queremos acreditar. A Câmara do Sabugal pretende contrair um empréstimo de curto prazo para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria? A Câmara do Sabugal está com problemas de tesouraria? O senhor Presidente já respondeu. Então será verdade o que se ouve dizer? Que já não se paga a tempo e horas aos fornecedores? Então uma Câmara que compra terrenos ao desbarato e a preços milionários; uma Câmara que pretende gastar, este ano mais 400.000,00€, em novas chefias; uma Câmara que aumenta de forma significativa os custos com os eleitos políticos (não os da Assembleia Municipal) em mais 600 mil euros; uma Câmara que se prepara para contratações de gente por 2.500,00€/por mês. Uma Câmara assim não tem dinheiro para honrar os compromissos?*

Não, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, isto é demais. E não nos venham com a desculpa esfarrapada que a administração central não fará as transferências a tempo e horas, pois essa é a incerteza de todos os anos, não é só este ano. Isto mais parece um saco azul, uma conta corrente que permite ao senhor Presidente e ao executivo PSD, utilizar esta verba para os fins que muito bem pretende, assumindo despesas, sem garantir as receitas adequadas.

Estiveram bem os vereadores do Partido Socialista quando votaram contra, e por isso os deputados socialistas presentes nesta assembleia tomarão a mesma atitude. Endividem-se, dividam entre vocês, mas sabem os sabugalenses que não contam com a nossa cumplicidade.

De seguida e, digo-lhe sinceramente, senhor Presidente, fico satisfeito se me desmentir, mas com toda a sinceridade e, aliás gostava que não interpretasse todas as minhas intervenções como um ataque pessoal, que não o é mas, no fim, desminta-me e eu ficarei satisfeito.

Fala-se num suposto gestor, da Mêda, que virá para as Termas do Cró, a ganhar 2.500,00€/mês. Por acaso conheço a pessoa que me foi referenciada. Não sei se é verdade se não, mais uma vez lhe digo, se não for desminta-me. Tenho a dizer que esse senhor realmente tem experiência em Termas, ele já trabalhou nas Termas de Longroiva que, neste momento, estão encerradas por problemas de gestão. Parece-me a mim e àqueles que viviam das Termas de Longroiva, que a gestão não foi a melhor, o que levou a que neste momento esteja a correr um processo - crime sobre a pessoa em questão.

Agora é assim, obviamente, que pode ir buscar quem quiser, onde quiser, e a ganhar o que quiser. Não vou contra isso. Admiro-me mas, não vou contra. Agora pergunto eu, será que na nossa Câmara não temos funcionários que poderiam ser facilmente direccionados para as Termas do Cró, com as mesmas ou mais habilitações, segundo me constou, que as desse senhor e a ganhar muito menos, mantendo por exemplo o vencimento que tem neste momento na Câmara? E estamos a falar de bem menos metade do vencimento. Esta é uma questão que me preocupa bastante, mas mais uma vez lhe vou dizer, senhor Presidente, ficarei satisfeito se me desmentir” -----

De seguida o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder, tendo este dito “ *Respondo já e permita-me que, responda da seguinte forma. Vou responder com o silêncio”*. -----

Joaquim Leal, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “ *eu tornei-me um admirador das intervenções do senhor deputado Nuno Teixeira. Não estou a dizer isto com qualquer intenção. Gosto da maneira como ele apresenta os problemas, porque os executivos também têm de ter oposição, mas têm que ter uma oposição responsável, porque o senhor deputado não pode baralhar as expressões. Quando se fala aqui de uma conta caucionada o senhor deputado chamou-lhe um saco azul. Eu acho que isso não é fazer oposição de boa fé. Tenho muita pena que, de facto, às vezes, o Partido Socialista, que tem todo o direito e o dever de fazer oposição... eu próprio também discordo de muitas opções que a Câmara Municipal toma, mas eu não posso dizer, isto está mal e o caminho é este ou é aquele, mas o Partido Socialista tem-no. Tem três vereadores. Os vereadores do Partido Socialista que votaram contra esta conta caucionada, têm todo direito de dizer: se a Câmara tem problemas de tesouraria, não é através da via da conta caucionada que os vai resolver, mas através de um caminho que nós propomos. Onde está essa proposta senhor Presidente, existe? Mas, a Câmara tem que honrar os seus compromissos. Então senhores vereadores do Partido Socialista, Senhores Deputados da Assembleia Municipal não conhecem as obras que esta Câmara, em tão pouco tempo, já candidatou? Então não sabem que as obras para serem candidatas, têm que estar executadas, têm que estar pagas. Ainda agora foi dito que a Câmara gastou quase 5 milhões de euros nas Termas do Cró. Para candidatar essa obra, não teve que a executar? Não teve que pagar aos empreiteiros? Então a Câmara não vai receber a contrapartida a que tem direito? Ainda há bocadinho ouvimos, num outro ambiente, um deputado desta assembleia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foios, dizer que, tinha ouvido dizer ao senhor Presidente da Câmara de Figueira, com que esteve numa reunião, dando-lhe a conhecer as suas preocupações, as dificuldades de tesouraria porque, esses problemas afectam todas as Câmaras, não afectam só a Câmara do Sabugal, lhe terá dito [bem está a Câmara do Sabugal quando receber o dinheiro das Termas do Cró], porque a Câmara vai receber quase 3 milhões de*

euros, mas para os receber teve que fazer a obra. Então e os senhores membros do Partido Socialista não conhecem esta realidade? Então isso é um saco azul senhor Deputado Nuno Teixeira? É que dizer que é um saco azul... é preciso falar aqui já das desconfianças que o Partido Socialista tem, porque se o senhor disser a esta Assembleia que isso é um saco azul, para o senhor Presidente gastar o dinheiro onde quer e lhe apetece, eu também voto contra”.-----

Terminado o período de intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto a votação tendo sido **aprovado**, por maioria, com 17 votos contra e 3 abstenções e o 59 votos a favor. -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO ÀS GOP'S 2010 – 2014 E ORÇAMENTO PARA 2011.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que esta revisão tinha a ver essencialmente com a necessidade de repartir os encargos relativos às obras de execução das redes de água e saneamento de Batocas, Badamalos, Lomba, Ruivós, Vale das Éguas, Ozendo, Quarta – Feira, Montenovo e Rebelhos em virtude de apenas terem verba definida para o ano de 2011 quando na realidade elas serão executadas também no ano de 2012, face ao respectivo prazo de execução, tendo-se aproveitado para inserir a rubrica – “Obras em escolas do 1º ciclo” por haver necessidade de realização de obras em escolas primárias. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir sobre este ponto. Não havendo intervenções pôs à votação o documento relativo à “ **1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Grandes Opções do Plano para 2011/2014** ”, que foi **aprovado**, por unanimidade. -----

De seguida pôs à votação o documento relativo à “ **1ª Revisão ao Orçamento para 2011**” que foi **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 3 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE NEGÓCIOS TRANSFRONTEIRIÇO DO SOITO

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projecto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas chegadas que chegaram aos serviços, foram as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 16/02/2011, estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor, de forma a começarem-se a fazer os contratos de arrendamento do espaço. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Soito, depois de cumprimentar os presentes disse “ *que tinha conhecimento de várias reclamações por parte dos utentes do CNT, e que as mesmas não tinham sido tomadas em consideração. Sabendo que uma das propostas apresentadas pelos utentes seria a posse dos pavilhões após 25 anos de pagamentos de rendas. E que para além de ter visto o artigo 9 A este não reflecte as dificuldades que hoje em dia vivemos. Desde já anuncio que vou votar contra o regulamento aqui proposto*”. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que “ *este regulamento esteve em discussão pública e as alterações que foram feitas foram no sentido de baixar a renda. Obviamente que, para quem o utiliza, quanto mais baixo melhor e, nós também queremos que seja utilizado e dinamizado. Na reunião do executivo em que (por acaso não estava nesse dia na reunião porque estava numa reunião em Lisboa) foi acrescentado o artigo 9º-A, que prevê uma redução de 30% até ao ano 2012, inclusive, sendo a seguir reavaliado, ou seja está a porta aberta para que a seguir qualquer executivo possa alterar as regras. Este artigo 9º - A, permite essa flexibilidade. Acredito sinceramente que chegados a essa data, seja possível novamente renegociar. Reparem que já é um enorme esforço, baixarmos 30% relativamente ao valor inicial, pelo menos no ano de arranque. Se verificarem já é progressivo. Começa por dar uma espécie de bónus, no arranque para depois gradualmente ser aumentado Diria também que, até ao momento, os que lá estão instalados já utilizaram o espaço durante alguns tempos e não pagaram nada. Com este tempo de carência já tiveram a possibilidade de se instalar e dinamizar os seus negócios*”.-----

Terminado o período de intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 2 votos contra e 6 abstenções. O membro da assembleia **Roberto Lavrador** fez a seguinte **declaração de voto** “ *neste contexto e sobre o valor das rendas do CNT do Soito, as pessoas queixam-se que são elevadas. Sinceramente não posso avaliar se são ou não mas, tenho que me **abster** e, o artigo que foi incluído (9º-A) possibilita, exactamente, ao executivo a revisão, quando necessário*”.-----

PONTO 4 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao Presidente **da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da Assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

O **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

António Gata para dizer “ *eu posso prescindir da minha intervenção, depois de fazer esta pergunta? Na Actividade Municipal também está incluído este documento do Gabinete de Apoio à Presidência? A minha questão é simples e rápida. Vêm aqui neste período de tempo, as diversas actividades que foram desempenhadas pelos vários membros do executivo, com funções a tempo inteiro, inclusivamente sobrou trabalho para o Chefe de Gabinete, para Assessor do Senhor Presidente, inclusivamente para os funcionários. Um quarto membro do executivo, não aparece aqui em nenhuma actividade. Então a pergunta que eu coloco é: será que, não fez nada neste tempo ou teve outras actividades atribuídas? Eu gostava de ver isso esclarecido.* -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer “ *as actividades enumeradas, quando não referem a presença, sou eu que represento. É evidente que não é uma apresentação exaustiva. Nós fazemos muito mais do que participar nessas reuniões. Também queria dizer que não estive com a preocupação de ver se, o senhor Vereador a que se refere, esteve em alguma das reuniões aí referidas. A actividade municipal não se resume a isto, resume-se a muita actividade no terreno que é necessário desenvolver. O ir ou não ir a determinada reunião parte de um histórico ou sequência que vem de trás, que tem que se desenvolver ou dar continuidade, portanto, nenhuma destas reuniões aparece de forma isolada, querendo isto dizer que quem está nestas é porque já esteve noutras anteriores e o senhor Vereador que refere, não poderia estar porque, como sabe, teve cerca de 6 meses na Presidência*”. -----

Celino Augusto para dizer “ *nas adjudicações temos um Levantamento Topográfico do Parque Temático, no valor de 20.000,00€ + IVA. Esse parque é em Roque Amador. Gostaria de saber o que é este parque temático e porque razão não foram os Serviços da Câmara a fazer esse levantamento?* -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse “ *não foram os serviços da Câmara porque teve de ser dada uma resposta rápida e eficaz para o investidor disponibilizar desse trabalho, o que não era possível com os meios que a Câmara tem, num curto espaço de tempo. É um levantamento de cerca de 40 hectares, num terreno da envolvente de uns moinhos, numa quinta que fica entre Roque Amador e Rendo. E houve essa necessidade para que o promotor do Parque Temático não fosse levado a ir para outros concelhos.*”-----

Carlos Morgado depois de cumprimentar os presentes disse “ queria *congratular-me com a entrega que me fizeram, neste momento, do Resumo Diário da Tesouraria, que é um documento que devia ter vindo, obrigatoriamente, nas outras Assembleias e, não veio. Muito obrigado senhor Presidente por nos ter feito chegar este documento, hoje, porque é um documento que nos pode ser útil, nesta assembleia.*”-----

Tomando a palavra o **Presidente da Câmara** disse “ *suponho que este documento era entregue à Mesa. Congratulo-me também com a referencia feita à entrega dos Resumo Diário e aproveito para dar duas informações:*

- 1. amanhã o Sabugal vai estar representado na Bolsa de Turismo, em Lisboa, mas nunca longe dos nossos parceiros, nem de forma isolada.*
- 2. fazer o convite, o que não era necessário porque vocês fazem parte da casa, que é o Concelho do Sabugal, para participar nos Roteiros Gastronómicos, nos Desfiles de Carnaval, e em todas essas coisa que nós sabemos fazer bem, e que os nossos restaurantes e hotelaria sabe. Portanto, todos a participar e a trazer gente aos Roteiros Gastronómicos”---*

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia tomar a palavra, não tendo havia qualquer inscrição e não havendo mais assuntos a tratar agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** eram onze horas quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente acta que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____